

# Apresentação

Mónica B. Rotman

Universidad de Buenos Aires (UBA), Buenos Aires, Cidade autônoma de  
Buenos Aires, Argentina

*E-mail:* [mbr30855@gmail.com](mailto:mbr30855@gmail.com)

Alicia N. G. de Castells

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

*E-mail:* [alicianormacastells@gmail.com](mailto:alicianormacastells@gmail.com)



O Dossiê que apresentamos surge a partir do Simpósio “A fetichização do patrimônio: análise crítica e práticas reprodutivas hegemônicas”, realizado no V Congreso da Asociación Latinoamericana de Antropología y XVI Congreso de Antropología de Colômbia “Políticas de los conocimientos y las prácticas antropológicas en América Latina y el Caribe”, em junho de 2017, na Pontificia Universidade Javeriana de Bogotá, Colombia. Esse evento faz parte de diferentes encontros acadêmicos, os quais têm nos possibilitado estabelecer diálogos e discussões com colegas de diferentes países conformando um núcleo ativo que tem mais de uma década de existência em práticas e produções em comum. Pela característica de ser um espaço aberto, esse diálogo tem se enriquecido (e o continua a fazer) com aportes de pesquisadores convocados por uma problemática comum.

O Dossiê abriga preocupações comuns aos pesquisadores sobre o campo patrimonial. Portanto, assumindo a perspectiva das “antropologias do sul”, nesta publicação, serão examinadas diferentes dimensões e aspectos da dinâmica atual do campo patrimonial, articulado com as transformações socioeconômicas e políticas centrais, ocorridas no novo milênio, a nível global e local, nas Ciências Sociais e, particularmente, na Antropologia da América Latina.

Embora existisse um interesse central em propiciar a discussão das problemáticas patrimoniais a partir das Antropologias latino-americanas, considerando cruciais suas dimensões políticas, econômicas e simbólicas. Entretanto, cabe lembrar que a disciplina exibe complexas articulações com a narrativa, os discursos e com as propostas de intervenção, originadas nos países do centro, as quais intervêm frequentemente nas concepções, nas práticas e nas gestões patrimoniais nacionais.

O presente Dossiê foi elaborado a partir de uma seleção de trabalhos apresentados no Simpósio supracitado. Os textos apresentados foram produzidos por pesquisadores do Brasil, do México e da Argentina e contribuem com a diversidade dos “olhares nacionais”. Apesar de apresentarem conteúdos temáticos diferentes, os trabalhos apresentam eixos comuns, interesses semelhantes e contemplam problemáticas inconclusas, temas atuais de discussão; a reflexão sobre a casuística (que predomina no campo estudado), num movimento dialético, possibilita visualizar e discutir criticamente esses tópicos “atuais”.

Cabe destacar a centralidade que tem assumido a “cultura”; o seguimento de uma discussão não encerrada sobre a divisão entre patrimônio material e imaterial; a reflexão, a profundidade e a aplicação de certas categorias: história e memória, entre outras, que possibilitam e contribuem com análises mais precisas, aportando um maior valor explicativo e a compreensão de diferentes processos patrimoniais; a diversidade de vias e mecanismos por meio dos quais opera o “mercado” (comprometendo as práticas e a ética da intervenção antropológica); as diversas articulações que se originam entre o patrimônio e o turismo; os mecanismos dos processos ideológicos em diferentes âmbitos; a multiplicidade de apropriações e a trama de sentidos que se entrecruzam e superpõem em relação aos referentes patrimoniais. Por outro lado, embora tenha sido examinada a temática dos Organismos Internacionais (normativa, declaratórias, etc.) e sua relação com estudos de casos concretos, é um aporte retomar essa vinculação sob uma perspectiva crítica.

Além disso, são abordadas diferentes posições sobre um tema de extrema relevância pelas suas implicações teóricas, políticas e ideológicas, referente à concepção do patrimônio como “construção social” ou “realidade essencial preexistente” e, incluímos – para agregar à reflexão – como “categoria de pensamento”. O referido remete às preocupações atuais e às especificidades dos países da América Latina (de forma alguma as únicas) no campo patrimonial.

Os estudos patrimoniais desenvolvidos pelos autores transitam esse campo sob diferentes tópicos: centros históricos (Alicia N. G. de Castells); museus: vinculados com problemáticas históricas e áreas de “fronteira” (Laura Enrique), relacionados com o perfil produtivo

que caracterizou uma região do país e atividades turísticas emergentes (Marcela Brac), vinculados com a educação sobre patrimônio como campos complementários e relacionados (Giane Maria de Souza) e projetos museológicos (Rafael de Oliveira Rodrigues); são analisados critérios de legitimação patrimonial, tema constante e complexo na produção sobre o campo patrimonial focando na incidência e na constituição do contexto social, político e ideológico, presentes nos processos de patrimonialização, assim como nas formas em que se manifesta a desigualdade e se exerce o poder no campo (Mônica Rotman); e, por último, se discute uma problemática muito atual como é a das “denominações de origem” e da possibilidade de particularizar a nível regional um referente nacional (José de Jesús Hernandez Lopez). Entendemos que a riqueza dos artigos apresentados se baseia nas perspectivas adotadas pelos autores, nos interesses que guiam suas pesquisas, nas categorias aplicadas nas suas análises, nas articulações estabelecidas a partir dos casos em relação às problemáticas da atualidade.

Alicia N. G. de Castells, em seu trabalho *O Paradoxo dos Centros Históricos – O Caso de Florianópolis*, analisa o uso, os diversos sentidos e as disputas sobre o patrimônio cultural no Centro Histórico de Florianópolis. A partir de uma perspectiva processual e focando nas práticas cotidianas, ela trabalha sob três referentes empíricos: o Museu Histórico de Santa Catarina (MHSC), a Catedral Metropolitana e a Escadaria do Rosário e Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Sustenta como se configura na atualidade o Centro Histórico: âmbito no qual convivem o passado e o presente, valorizando e priorizando-se o critério de sua “relação com o passado”. A autora analisa os diferentes usos atribuídos a esse patrimônio por distintos setores sociais, coletivos com fins diversos, grupos étnicos da cidade, vendedores ambulantes, moradores locais, congregações religiosas, integrantes de movimentos sociais. Cabe ressaltar que esse bem material legitimado é suporte de práticas, ações e intervenções diferentes, simultâneas, e com atribuições simbólicas diversas, numa disputa pelos sentidos atribuídos a esses mesmos referentes patrimoniais, viabilizando a discussão sobre as tensões e os conflitos presentes nesse campo.

O Centro Histórico expressa, definitivamente, diferentes identidades coletivas reunindo formas de pertencimento como exclusão. Nesses termos, a autora sustenta o reconhecimento oficial de elementos patrimoniais das classes privilegiadas e a dificuldade dos bens, das construções e das expressões que representam e/ou são produzidos pelos setores subalternos – população negra, povos originários, setores subalternos urbanos – para ser legitimados como tais. Como as frequentes discordâncias entre as políticas e gestão das instituições, e as expectativas e pontos de vista da população local. Castells também explicita o processo da dinâmica urbana contemporânea relacionado às (des) contextualizações e (re) contextualizações dos referentes patrimoniais, produzindo-se transformações de diversas ordens. Por outro lado, retoma e discute a divisão entre patrimônio tangível (material) e intangível (imaterial) defendendo que a imaterialidade é o resultado da atribuição de valor outorgado pelas instituições gestoras locais e as instituições internacionais que conferem “legitimidade” à materialidade do objeto. Por meio dos casos citados em seu texto, salienta a dissonância existente entre realidades a nível nacional e local, e documentos internacionais (Carta de Washington, 1987), no que se refere à visão de cidade e de centros históricos especificamente. Propõe, por sua vez, pensar o Centro Histórico como “paisagem”, categoria que implicaria numa visão dinâmica e não estática desse Centro, afirmando que a sua materialidade faz parte da dinâmica socioespacial urbana. Finalmente, abre uma discussão imprescindível sobre a categoria de patrimônio como “construção social”, em conflito com a da “realidade social preexistente”.

O texto de Laura Enrique, intitulado: *Museos Históricos de Norpatagonia (Argentina): el pasado colonial revisitado*, analisa empiricamente dois casos localizados em cidades da Patagonia Argentina: o Museu Histórico Regional “Emma Nozzi” (1951) [2002], situado na cidade de Carmen de Patagones, ao sul da província de Buenos Aires, e o Museu Histórico e Arqueológico “Governador Eugenio Tello” (1971), localizado em Viedma ao leste da província de Rio Negro. As cidades escolhidas situadas em diferentes estados provinciais e administradas por diferentes municípios – Carmen de Patagones e Adolfo Alsina – encontram-se

geograficamente muito próximas e evocam um momento fundacional comum que remete à instalação do Fuerte del Carmen, no final do período citado, numa região da fronteira. A autora propõe analisar as “narrativas fundacionais” que se constroem em ambas as cidades em relação ao passado colonial sob a ótica dos museus históricos estatais. Em seu estudo, realiza uma detalhada reconstrução e análise de ambas as instituições. Propõe uma abordagem comparativa e destaca as diferentes “histórias” que se elaboram, representam e expõem a partir desse marco fundacional comum e aprofunda problemáticas patrimoniais (que excedem o campo de estudo), relacionadas aos “usos e interpretações do passado”, constituindo um aspecto relevante sua apelação às “políticas de memória”; selecionando e identificando imagens representativas, “marcas” de cada cidade. A autora explicita seu interesse em compreender como funciona a eleição dos eventos do passado que se escolhem no intuito de rememorar e de difundir, mas lembra que essas escolhas são sempre feitas desde o presente mantendo relação com determinados interesses.

Nesse sentido, os museus resultam ser instituições privilegiadas para as suas análises, evidenciando aquilo que se visibiliza ou oculta, assim como as modalidades de exibição e de propagação. A autora considera diversos fatores que incidem nesses processos: a conjuntura política, a disponibilidade de diferentes tipos de recursos e os problemas de financiamento; os interesses e a participação dos diversos grupos e atores sociais implicados na gestão patrimonial, produto da heterogeneidade dos organismos de ambas as cidades nas diferentes escalas jurisdicionais e destaca a falta de articulação entre as políticas patrimoniais desenvolvidas em ambos os espaços territoriais. Por outro lado, vale-se de categorias analíticas como “narrativas fundacionais” procedentes de autores que avançam sobre conceptualizações como “tradições inventadas” contribuindo na compreensão de sua problemática-alvo. Nesse viés, ela analisa o surgimento das duas cidades estudando os modos que as instituições estatais escolhem para narrar suas origens, evidenciando seu caráter conjuntural e dinâmico, cristalizado numa articulação de elementos selecionados que se relacionam de uma forma específica e que os museus

se encarregam de difundir. As atividades de difusão e de exibição resultam tópicos relevantes e, por meio dos conteúdos das salas de exibição, a autora aporta reflexões em relação às perspectivas teóricas adotadas, à vigência nos espaços de certos enfoques já desatualizados, à centralidade que adquire, muitas vezes, a disciplina arqueologia, à modalidade que assume a construção do passado desde o presente, às relações estabelecidas entre ambas as temporalidades e sua oscilação em relação à “localização temporária” dos povos originários, à construção e concepção desses povos e sua relação com os “brancos”, às confusões em relação aos grupos étnicos que habitaram a região e à forma em que se representam as relações interétnicas; contribui, também, “para a reconstrução de ‘pedaços’ da vida colonial”, aportando dados históricos.

O trabalho é um aporte à temática dos “museus de fronteira” e um ponto de partida para avançar na reflexão sobre outras instituições dessa natureza no contexto das fronteiras hispânico-indígenas ao sul e sudeste da cidade de Buenos Aires.

Em conformidade com as preocupações e as ligações sobre o tema da memória e a reconstrução do passado, o texto de Marcela Brac, *Rescatar el Pasado, Activar el Turismo – Reflexiones en Torno a la Gestión Patrimonial*, analisa a conformação do Museu de Villa Guillermina, relacionando-o com as atividades turísticas emergentes. Diferente do trabalho anterior de Laura Enrique, o eixo se inscreve no perfil produtivo que caracterizou uma região do país: a exploração da floresta industrial na Cuña Bosco santafesina (norte da província de Santa Fe, sub-região do Chaco santafesino, Argentina). Trata-se de “recuperar a história” de uma cidade associada aos processos produtivos que foram transformando a localidade. A autora realiza uma exaustiva exposição histórica das circunstâncias das quais (junto com o avanço do exército argentino sobre os territórios da população originária) se produz a penetração capitalista, região hoje conhecida como Chaco santafesino. Marca sua configuração histórica-social na qual se identificam duas formas diferenciadas de assentamento populacional em territórios de características diferentes. A ocupação da área florestal, resultado da demanda de mão de obra da indústria florestal, única atividade produtiva na área realizada por trabalhadores relacionados com fluxos



migratórios internos, regionais; na qual surgem povos, fábricas, centros urbanos com importante infraestrutura industrial e habitacional, como Villa Guillermina, Villa Ana, La Gallareta, Tartagal, etc., e a planície leste da sub-região, apta para a agricultura, onde se formaram as primeiras colônias agrícolas com imigrantes europeus (incentivadas por políticas estatais de povoamento). Assim, se conformaram duas formas particulares “de ser e de estar” no território, diferenciadas e reconhecidas pelas atividades laborais, criando pertença e identidade. Villa Guillermina surge como “povo florestal”, “povo-fábrica”, vinculado à exploração floresta-industrial e à empresa inglesa “A Florestal”. A autora realiza uma descrição minuciosa desse processo que combinou práticas modernas de produção com procedimentos baseados na sobre-exploração da mão de obra; onde coexistiram trabalhadores fabris e rurais (estes últimos dedicados às atividades extrativas de matéria-prima, em condições de trabalho “quase escravas”). A autora explica a política empresarial, com práticas diferenciais para ambos os setores, na organização do trabalho e no alcance de benefícios laborais, altamente desfavoráveis para os segundos e as graves consequências, particularmente na estrutura ocupacional da comunidade, que levou à desativação da indústria florestal na região (a meados do século XX). Os povos passaram a ser denominados povos “fantasmas”, numa posição de marginalidade em relação àqueles de origem agrícola. A autora examina que, já no ano de 2000, o turismo surge como um meio de contribuição do desenvolvimento da economia regional; que se sustenta na reconversão do passado em patrimônio, constituindo-se o tripé turismo-patrimônio-poderes públicos. Processo no qual intervém a administração pública (unicamente provincial), como também afirma Laura Enrique para os Museus de fronteira. Isso se realiza por meio do projeto de um corredor turístico, inclusivo da totalidade dos povos de origem florestal, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento da economia regional.

O artigo contribui para a discussão da articulação entre patrimônio-turismo-desenvolvimento, assim como direciona para a reflexão sobre a sustentabilidade de empreendimentos dessa natureza. Procuram-se os recursos que terminam se construindo como referentes patrimoniais,

recorrendo ao turismo como única opção de desenvolvimento. Esse processo de patrimonialização se organiza com base nas construções edilícias do povo-fábrica e nas memórias do tempo passado. Examina-se a intervenção estatal vinculada com a população local e sua concretização num projeto em 2004. Nesse sentido, retomando fatores (também afirmado por Laura Enrique), a conjuntura política foi fundamental e também os interesses do estado se juntaram com os dos diferentes grupos e sujeitos sociais implicados; em todo o processo da “rota turística” houve uma negociação permanente entre o estado e a sociedade civil. Outra iniciativa executada, com participação fundamental dos habitantes da localidade, foi a criação de um museu articulado em dois eixos temáticos: trabalho e vida cotidiana. Foi abordada uma interpretação da época florestal como versão representativa dos guilherminenses que implicou processos de “seleção do passado” e de “construção de memória”.

A análise possibilita conhecer a visão do passado florestal que foi privilegiado, assim como os fatos invisibilizados. A “outra história” sobrevive nas “lembranças”, nos entornos familiares, que não fazem parte do discurso “oficial”. Além disso, as relações da autora com os moradores locais que viveram essa experiência e/ou com os seus descendentes, possibilitaram que ela conhecesse os inúmeros efeitos que esse processo produziu, assim como situaram e analisaram onde e entre quem se instala o conflito, resultando uma contribuição para a investigação.

O artigo de Giane Maria de Souza, *O Campo do Patrimônio Cultural, Redes e Intersecções*, discute a lógica da construção e da legitimação do patrimônio cultural, associado aos interesses do mercado e às negociações e disputas pelo seu reconhecimento social; e confronta iniciativas populares produzidas por diversos coletivos identitários, geradores de práticas sociais transformadoras e que propõem outras perspectivas sobre e a partir do cotidiano. A proposta consiste em pensar o patrimônio como campo de construção e de desconstrução, examinando a formação de estratégias de resistências, redes, confluências, quebras que provocam proximidades ou distanciamentos nas perspectivas. Propõe-se a análise de múltiplas realidades, numa única narrativa,

na qual se tecem redes e articulações de sentidos. A autora analisa e exemplifica suas propostas por meio do estudo de duas experiências plenas de conteúdos e conceptualizações (do “núcleo duro”) da análise do patrimônio cultural: *A Praça dos Imigrantes ou Praça da Bandeira*, em Joinville, nordeste de Santa Catarina e uma conferência sobre Educação e Cidadania realizada em 2003 no 4º *Fórum Estadual de Museus*, em Florianópolis, Santa Catarina. Com a participação do *Museu do Lixo* (instituição pertencente a uma empresa responsável pela limpeza da cidade) e o Instituto de Arte Contemporânea Inhotim de Brumadinho, Minas Gerais.

Souza propõe a dessacralização do patrimônio como objeto de poder. Sua proposta implica uma reflexão teórico-metodológica, possibilitando valorizar produções simbólicas de grupos diversos, assumindo uma cidadania inclusiva, uma economia criativa, receptiva de um patrimônio cultural entendido como dinâmico, constituído por manifestações diversas, em parte por meio de cruces e intercâmbios. Além disso, com base no reconhecimento das demandas de um grupo social, apresenta o estudo de possíveis redes de articulação de saberes e práticas. Simultaneamente, problematiza o tópico da preservação em relação a duas questões: se pergunta quando esta responderá aos interesses do organismo patrimonializador ou aos dos sujeitos “portadores” das expressões e/ou práticas; e se questiona pela importância que lhe é outorgada considerando que códigos sociais, ofícios, saberes e afazeres se encontram num permanente processo de transformação cultural.

Alegando que o campo do patrimônio cultural é uma constante construção dialética, a autora sustenta a sua articulação com o da educação, fazendo referência a Aloísio Magalhães; entende que experiências museais, intervenções artísticas e sociais podem operar como elementos de educação patrimonial. Além disso, expressa sua concepção sobre o patrimônio, que compreende dinâmicas da cultura e manifestações simbólicas, além do patrimônio “de pedra e cal”. Conceitualmente, apela para a categoria de “hibridez cultural” de Canclini (2015), considerando-a central e uma guia para sua análise, utilizada para problematizar redes e sistemas institucionais articulados

como interseções do patrimônio cultural. Também utiliza contribuições de Bourdieu (1996, 2015) sobre as estruturas de poder (com conceitos como hegemonia, conflito, etc.). Sugerimos que a riqueza deste estudo poderia se potencializar se abordada analiticamente mediante outras categorias (além da “hibridação cultural”).

Por outro lado, um ponto interessante do texto é a ideia de que o patrimônio se processa por meio de uma contínua verbalização de apropriações sociais, independentemente de que tenham ou não relevância histórica, cultural ou artística; entendemos que se trata de um tema complexo, sugestivo abrindo campo para discussão e que nos conduz inevitavelmente a questionamentos radicais sobre o que é o patrimônio na atualidade e como ele se configura em relação ao conceito antropológico de cultura. Os três casos apresentados no texto são extremamente representativos tanto em relação às suas propostas como em relação à sua modalidade analítica afirmada; e também atuam como “detonadores” para rever critérios patrimoniais “clássicos”, repensar atributos dos âmbitos legitimadores e revalorizar a trama de relações socioculturais e os canais de pertença social, vinculados à cotidianidade. Finalmente, a autora propõe que as situações analisadas podem ser estudadas como “contra usos dos processos patrimoniais”.

Rafael de Oliveira Rodrigues apresenta seu artigo *Escrita e Projeto Museológico: uma análise a partir do Museo Nazionale Preistorico Etnografico Luigi Pigorini di Roma*. Por meio do estudo de caso da referida instituição, o autor se interessa pelo estudo da proposta museológica e seu desenvolvimento. Primeiro, ele realiza uma síntese da sua origem e seu desenvolvimento, destacando a atuação do paleontólogo italiano Luigi Pigorini (1842-1925), quando este assume a direção do Museu e amplia consideravelmente seu número de peças. Nesse intuito, se remonta às características que têm sido comuns aos processos históricos de formação dessas instituições; destaca a característica de “coleccionista” de Pigorini, e seu contato com viajantes de diversas profissões e interesses, (vinculados às concepções do imperialismo tardio italiano do século XIX) que forneceram multiplicidade de objetos de caráter arqueológico, paleontológico e etnográfico. O Museu adquire um perfil mais “científico”, âmbito de investigação e aprendizagem, constituindo-se numa referência para a Europa. Entre 1975 e 1977,

o museu mudaria para sua situação atual, com coleções de objetos etnográficos da América do Norte e do Sul, África e Oceania, se constituindo num referente italiano em Pré-história, com relevância em nível mundial. O autor divide seu trabalho em quatro tópicos. No primeiro, discorre sobre as transformações que se produziram na museologia ao longo do século XX. A partir dos antecedentes, examina o desenvolvimento histórico desse processo (iniciado nos séculos XVII e XVIII), sinalizando as bases ideológicas e tipológicas que o caracterizaram. No segundo tópico, aborda, a partir das transformações produzidas, dois diferentes tipos de projetos museológicos, vinculados cada um com roteiros e intencionalidades diferentes. Valendo-se de uma competente base bibliográfica, o autor enumera a seletividade dessas instituições, restringidas a uma elite intelectual ou econômica; e destaca, já no século XX, uma proliferação de museus em diferentes partes do mundo, vinculando-os adequadamente com os processos de descolonização e com documentos de organismos internacionais (ICOM, UNESCO) que nos anos de 1960 e 1970 propiciaram a “utilidade social dos museus e do patrimônio” e pautaram critérios éticos sobre o tratamento que se devia dar às coleções e objetos de “outras culturas”. Aparecem novas perspectivas teórico-metodológicas e surgem outros sujeitos que expressam e expõem suas próprias narrativas. No terceiro tópico, o autor reflexiona sobre os códigos, sobre os pressupostos que se encontram na base da museologia e que orientam as propostas museológicas, em diálogo com autores que examinaram tais tópicos (Padiglione, 2012; Certau, 2001). Critica a imagem de imparcialidade utópica e reducionista, segundo a qual os objetos falam por si mesmos. Discute, afirma e caracteriza dois estilos de “escrita museal”: a “racionalista /explicativa” e a “reflexiva/interpretativa” (Padiglione, 2012), apresentando suas próprias reflexões sobre essa classificação como pressupostos, ideias centrais e formas de operar dessas tipologias. Concorda com o estilo da segunda “escrita museal”, uma configuração aberta, com multiplicidade de escrituras em seu interior e diversas temporalidades, com um caráter incompleto que o visitante percebe e contribui na montagem museológica. Trata-se de adotar uma visão processual do trabalho de campo e sua análise, dando lugar às diferentes vozes, à participação dos interlocutores da investigação e de seus

visitantes para (re) escrever as narrativas museológicas. No quarto tópico, o autor se concentra no Museu Pigorini, reflexionando sobre o projeto e a tipologia da “escrita museal” assumida pelo museu na exibição dos objetos de suas coleções. Explicita dados históricos sobre a figura de Luigi Pigorini, sua orientação teórica e ideológica, seus objetivos, o contexto histórico e político da criação e desenvolvimento do Museu através dos anos, surgindo como um projeto político-pedagógico amplo: a autonomia italiana do final do século XIX. Na década dos anos de 1970 se vincula com o Ministério de Patrimônio Cultural e Ambiental italiano, cumprindo objetivos de divulgação da política nacional através de práticas educativas. Quanto ao resto, realiza uma fina descrição das características das salas de exposições; a instituição é definida como um clássico museu europeu moderno, que se apresenta ainda como histórico e etnográfico; reconhecendo e problematizando seu proceder histórico com os povos que foram colonizados (nesse ponto se atualiza com o discurso da nova museologia). No entanto, o autor conclui que prevalece o paradigma clássico: racionalista, explicativo, com amostras cuja organização, planejamento e exibição dotam de autoridade e imparcialidade científica uma montagem que resulta contraditória; ocupando a escrita museal, que descontextualiza e ressignifica, os objetos das coleções construindo uma (re) leitura harmônica do passado, um papel central na informação dos visitantes.

Mónica Rotman em seu artigo *Contextos histórico-políticos, desigualdad y poder en procesos culturales-patrimoniales*, destaca as heterogeneidades que apresenta o campo patrimonial nos países da América, e como “o local” produz a configuração de situações específicas, que não encaixam no “cânone patrimonial” que regulamenta o campo, “naturalizando” tais regulamentos. Nesse texto, a autora se interessa pelo lugar da hegemonia operando a “nível local”. Os casos analisados envolvem o “Museo de la Ciudad” e a “Feria de San Pedro Telmo” e as “Ferias Artesanales de la Ciudad de Buenos Aires”, emoldurados há quatro décadas atrás.

Um ponto central da análise refere-se aos “contextos” histórico-políticos, considerando- os não externos à construção do conhecimento, sendo assim, estruturam e/ou restringem os fatos assim como também

as interpretações dos pesquisadores. A autora vale-se de um enfoque comparativo, que contribui visualizar e examinar os mecanismos através dos quais se manifesta a “desigualdade” e se exerce o poder no campo da cultura e do patrimônio, numa realidade político-econômica configurada principalmente pelos governos de facto. A criação do Museu da Cidade tem a ver com a problemática dos centros históricos e a preservação patrimonial, durante o final dos anos 60, no qual, apesar do patrimônio histórico-cultural não formar parte significativa da agenda oficial, começaram a se configurar políticas patrimoniais. O Museu não deve o seu surgimento (1968) a uma entidade governamental, e sim a um particular (o arquiteto J. M. Peña), interessado no destino e preservação das peças resgatadas dos edifícios que se demoliam para continuar com a ampliação da Avenida Nove de Julho. A autora argumenta como a denominada por Arantes (1997) “microfísica do poder”, opera nessa circunstância: uma série de situações aleatórias e vinculadas ao círculo do poder político permitem ao arquiteto Peña essa atuação e posicionamento como diretor da instituição. Além disso, o interesse do Estado pelo projeto era limitado, não obstante um museu ser considerado parte do “campo cultural”, âmbito “legítimo”, livre de toda ideologia e inócuo politicamente. A autora destaca que os objetivos do diretor da instituição de “recuperar o passado e a própria história”, não eram contraditórios aos lineamentos ideológicos do governo de facto. Entretanto, as concepções que Peña sustentava sobre o campo da cultura e do patrimônio e a modalidade das amostras museológicas, se afastavam da visão “oficial”. A instituição estruturava amostras e coleções que ampliavam o patrimônio para outras categorias de referentes heterogêneos que até hoje são a “marca” do Museu. Segundo Rotman, tratava-se de “formalizar sua legitimidade patrimonial”, a partir do reconhecimento que implicava a exibição num museu, âmbito cultural, criador e reproduzidor de sentido, no qual se institui “a história oficial e legítima” e se constrói e reproduz patrimônio. Destacava-se um passado que ancorava principalmente no bairro, expressando uma “identidade” de vizinhança, “citadina e local”; posição diferente à apoiada desde o âmbito governamental, que privilegiava o patrimônio histórico arquitetônico-monumentalista.

Rotman salienta que tanto o Museu, como posteriormente a Feria de Antigüedades, criaram-se com a anuência das autoridades, mas no sentido contrário às condições e concepções que estabelecia o contexto político do período. Retoma-se no texto as categorias de “memória” e “história” na análise da narrativa museológica da instituição, examinando-se “usos do passado”. Por outro lado, forma parte da análise, o estudo comparativo das duas Férias mencionadas. Nos anos 70, sob a proposta do Museu e sob sua dependência, cria-se a Feria de Antigüedades: “Feria de San Pedro Telmo”, na Praça Dorrego, C.A.B.A – Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Esta continuou com as mesmas concepções da instituição e com a particularidade de “funcionar” num espaço público. Sob um governo de facto, tais áreas se concebiam “vazias” e sua ocupação “periódica” implicava numa concentração humana identificada como “perigosa”. No final dos anos 60, criam-se na Cidade de Buenos Aires as primeiras feiras de artesanias “urbanas”, uma proposta estética-expressiva, ocupando espaços públicos (praças e parques da cidade) e dependentes do antigo Município, hoje Governo Autónomo da C.A.B.A. Sua concretização foi complexa e conflitiva em relação com os poderes públicos. Ao longo do tempo, sofreram encerramentos, deslocamentos, transferências compulsivas, etc., até a instauração de um regime democrático no país, em 1983. Analisam-se também, as concepções governamentais sobre essas práticas articuladas com o conceito de cultura e dos “espaços culturais”. E destaca que, por trás das categorias classificatórias, encontram-se pressupostos ideológicos. Igualmente, e desde uma perspectiva comparativa (em relação aos casos antes analisados), examina e explicita as dificuldades para a legitimação e reconhecimento como patrimônio, afirmando que o campo patrimonial é um espaço de confrontação a ser pensado em termos de construção social e como ação política.

José de Jesús Fernández Lopez, em seu artigo *El Mezcal como Patrimonio Social – De Indicaciones Geográficas Genéricas a Denominaciones de Origen Regionales*, aborda um tema extremamente vigente: o das “marcas” identificadoras de produtos, incorporando valor aos mesmos, tomando diferentes variáveis, entre elas a das “denominações de origem”. O autor analisa a problemática em relação às bebidas alcoólicas produzidas no



México. Examina e valoriza modalidades, capacidades e tradições das comunidades produtoras, seu cuidado da natureza e propõe substituir o conceito de “patrimônio cultural”, “agora semelhante a um fetiche”, pelo de “patrimônio social” focado nos sujeitos criadores de territórios; tal categoria implicaria “processos de ativação do patrimônio, mais que de patrimonialização”. Nos seus estudos, incorpora fontes históricas, estudos arqueológicos e produções da antropologia social. O autor especifica o desenvolvimento da “Denominação de Origem Mezcal” (DO/DOM), atualizada em 2017 mediante uma norma oficial: NOM-070-SCFI-2016 Bebidas alcoólicas – Mezcal – Especificações, a qual define o mezcal e reconhece três categorias: Artesanal, Ancestral e Tecnicado; além disso, ressalta alguns problemas da DO e sua normativa. Examina as origens desta bebida e recorre ao tequila (outra bebida alcoólica típica do país) para fins comparativos. Argumenta que “a ausência de uma origem” é a condição para reconhecer uma diversidade de processos locais e regionais do mezcal. Destaca para ambas as bebidas uma profundidade histórica nas sociedades mexicanas que data do final do século XVI e princípios do século XVII e argumenta sobre os setores sociais relacionados com ambas. Ante a posição que relaciona o tequila com rancheiros e fazendeiros, e considera o mezcal produto de uma tradição indígena e camponesa, sustenta que não corresponde tal linearidade, e que se entrecruzam diversas tradições produtivas nas duas bebidas. Ainda assim, coloca que, no caso do mezcal, apesar de não representar uma tradição surgida nos povos indígenas, nestes se enraizou e ressignificou no interior da sua própria matriz (embora existam exceções). O autor contribui com dados econômicos: quantidade de produção, emprego no setor, etc.; analisa as modalidades de articulação com os mercados globais e examina e discute a normativa vigente. Por outro lado, investiga o auge do mezcal na última década, e o vincula com a atração que produz no mercado a sua relação com uma matriz indígena remetendo a um “outro” exótico; e com a produção em pequena escala associada à tecnologia e ao cuidado da natureza; tópicos “atraentes”, em contraste com o tequila, identificado com processos industriais. Acrescenta, por sua vez, fatores que somariam à articulação do mezcal com o consumo global, vinculados à incorporação

de produtos de outras latitudes – bebidas alcoólicas – por parte das grandes urbes; com vantagens comparativas em relação à tequila. Nesse sentido, o autor incorpora a análise da DO/DOM. Conselho Regulador do Mezcal, organismo que contabiliza o produto; mas unicamente o mezcal “registrado”, (aquele que cumpre com o regulamento da DOM). Em 2015, a Norma Oficial Mexicana 199 propôs que aqueles que não cumprissem com a norma, seriam designados “Komiles”, com proibição do uso do termo “agave”. Posteriormente, situa a DO numa classificação mais ampla, recorrendo e caracterizando às “Indicações Geográficas” (IG), figuras de origem europeu, utilizadas no âmbito do comércio internacional. Estas se dividem em “Indicações Geográficas de Proteção” (IGP) e “Denominações de Origem” (DO) ou também “DO Protegida”; as constantes e variáveis entre ambas categorias são especificadas no texto com alto nível de detalhamento.

O autor é crítico da ampla extensão territorial das regiões declaradas sob proteção de origem (em contraste ao sucedido em regiões da Europa) e explicita os problemas que suscita o reconhecimento de denominações tão vastas e gerais. Retomando a norma oficial (NOM-070-SCFI-2016), a qual reconhece três categorias de mezcales: Artesanal, Ancestral e Tecnicado (ou simplesmente Mezcal), explicita as características, similitudes e diferenças entre estas. Critica a normativa referindo-se aos critérios utilizados para estabelecer tal categorização, e propõe a inclusão de tópicos que destaquem os saberes locais como estratégia para diferenciar as bebidas, e uma reformulação do “artesanal” e do “ancestral” como forma mais imediata de “pôr em valor” ingressando ao mercado. Argumenta que, teoricamente, a DO Mezcal se aproxima mais a uma IGP do que a uma DO. Assim, propõe ampliar uma indicação geográfica genérica para o mezcal nos estados do México com antecedentes históricos de cultivo de agave e/ou elaboração dessa bebida. Identifica-se um património que está vivo. E se propõe a proteger os produtos das comunidades locais em relação às transnacionais e ao grande capital.

Desejamos a todos uma excelente leitura!



Este texto está publicado sob uma Licença Creative Commons – Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional – CC BY NC AS.

Mais detalhes em: [https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/deed.pt_BR)